

**CUI BONO? A QUEM BENEFICIA? – O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O
IMPERIALISMO DO LIVRE COMÉRCIO**

Guilherme Schneider Rasador (guilherme.srasador@gmail.com)

Luciane Franke (luciane.franke@hotmail.com)

Após décadas de promoção no Pós-Guerra de um comércio internacional aberto, economias desenvolvidas, como os Estados Unidos, realizam o movimento contrário. Através da adoção de medidas protecionistas, enfatizam seu descontentamento com a globalização econômica. Essa postura aponta uma contradição fundamental entre prática e discurso, bem como a ameaça do retorno de um protecionismo tarifário na forma da Guerra Comercial entre Estados Unidos e China. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é enfatizar, a partir da perspectiva da política comercial, a posição ocupada por países em desenvolvimento em um cenário de arrefecimento da globalização econômica e incerteza quanto aos ganhos potenciais com o comércio, particularmente agravado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China. Subjacente a isso, busca-se também demonstrar como o comércio é usado enquanto instrumento de poder dos países desenvolvidos contra os interesses dos demais países. Para tanto, utiliza-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório em livros, artigos científicos e relatórios econômicos, empregando também dados econômicos e de comércio provenientes de organizações internacionais. Assim, o artigo procede dividido em 4 partes, desconsiderando introdução e conclusão. Primeiro, promovemos uma discussão acerca das abordagens teóricas do livre comércio. Recuperam-se as abordagens teóricas

de Adam Smith e David Ricardo na defesa do livre comércio, produzidas em um período marcado por práticas protecionistas relacionadas aos primórdios do capitalismo moderno, e escritas a partir da perspectiva de uma Inglaterra em ascensão no séc. XVIII. Em seguida, aborda-se Friedrich List e Ha-Joon Chang, cujas visões são críticas à postura de nações hegemônicas, cada qual em períodos históricos distintos. Enquanto List escreve em um período de hegemonia inglesa no séc. XIX, Chang escreve em um período de globalização econômica, capitaneada pelos Estados Unidos no final do séc. XX. Observa-se que as críticas de List e Chang conversam entre si em suas visões para o posicionamento de países não desenvolvidos. Em seguida, essa abordagem teórica é articulada com a hipótese do imperialismo do livre comércio, de Gallagher e Robinson (1953), abordando a transição do imperialismo britânico no séc. XIX para o imperialismo americano no séc. XX. Novamente, evidenciam-se as discontinuidades entre discurso e prática dos países hegemônicos. Após, analisa-se a evolução do comércio internacional. Esse processo se dá das rodadas multilaterais liberalizantes, idealizadas frente à retração comercial na Grande Depressão, perpassando as transformações do sistema multilateral de comércio em direção a um sistema mais complexo à medida em que a própria economia internacional se transformava. Esse processo enseja o surgimento de um “novo protecionismo” não-tarifário. A discussão termina com os desdobramentos contemporâneos da guerra comercial entre Estados Unidos e China e a paralização do sistema multilateral, enfatizando o desalinho entre interesses econômicos e discursos de desenvolvimento. Verificam-se, em síntese, como as principais ameaças aos países em desenvolvimento: a aplicação indiscriminada de barreiras não-tarifárias (BNTs), o impasse enfrentado em nível multilateral via OMC, a busca por alternativas comerciais e construção de influência via acordos regionais de comércio (RTAs), e movimentos unilaterais alheios ao sistema multilateral. Logo, constata-se que países em desenvolvimento visualizam perspectivas incertas de participação no comércio internacional, estando despreparados para absorver as transformações do comércio internacional à parte da agenda multilateral, fragilizada por agentes que buscam explorar o cenário econômico promovendo suas próprias regras. Visualiza-se, por fim, uma contradição fundamental entre, por um lado, as principais economias, que não chegam a um acordo sobre o fortalecimento do multilateralismo, não obstante tendo o promovido em rodadas liberalizantes e, por outro, o retorno às políticas protecionistas, que durante décadas foram combatidas e apontadas como responsáveis pelo subdesenvolvimento de países não desenvolvidos.

Respondendo ao questionamento de Susan Strange (1988), “Qui bono?” (“A quem beneficia?”), fica claro, portanto, que o discurso do livre comércio praticado é antes de tudo um artifício do imperialismo, marcado inicialmente pela Pax Britannica e, posteriormente, pela Pax Americana. Esses movimentos possuem uma continuidade entre si, sendo o Império sob o comando da Inglaterra substituído pelo sistema multilateral de comércio sob o comando dos Estados Unidos. O sistema multilateral, por fim, ao parar de atender aos interesses da nação hegemônica, tornou-se alvo da mesma.